

Processo Colaborativo: Relato e Reflexões sobre uma Experiência de Criação

Luis Alberto de Abreu

Artigo publicado nos Cadernos da ELT - número 2, junho/2004, revista de relatos, reflexões e teoria teatral, da Escola Livre de Teatro de Santo André.

Pode-se dizer que o processo colaborativo é um processo de criação que busca a horizontalidade nas relações entre os criadores do espetáculo teatral. Isso significa que busca prescindir de qualquer hierarquia pré-estabelecida e que feudos e espaços exclusivos no processo de criação são eliminados. Em outras palavras, o palco não é reinado do ator, nem o texto é a arquitetura do espetáculo, nem a geometria cênica é exclusividade do diretor. Todos esses criadores e todos os outros mais colocam experiência, conhecimento e talento a serviço da construção do espetáculo de tal forma que se tornam imprecisos os limites e o alcance da atuação de cada um deles.

Esse processo desenvolveu-se ao longo do tempo, a partir das necessidades da cena e de problemas práticos percebidos em seu processo de construção, revelando-se uma forma de criação eficiente, rica e satisfatória do ponto de vista dos resultados artísticos alcançados. E esse sistema de criação polifônico, para utilizar o conceito fundamental de Bakhtin em seu estudo sobre a obra de Dostoievski, passa, agora, a exigir maior atenção, experiências mais aprofundadas e uma reflexão sistemática que possa servir como base e objeto de estudo para outros grupos e pessoas interessadas não só na análise, mas também na prática da criação teatral. É isso o que propõe esta reflexão.

Preferimos denominar essa experiência criativa e coletiva, que tem sido objeto de estudo e desenvolvimento na Escola Livre de Teatro, de Santo André, com o nome de processo colaborativo (e não método colaborativo) não só para preservar o caráter vasto e intuitivo da criação, como pelo cuidado, nunca desnecessário, de não objetivar excessivamente o fim pretendido. Não era, e nem é, nossa pretensão estabelecer um conjunto de regras para levar a bom termo a criação de um espetáculo teatral. Sabemos por experiência que a

criação artística, embora seja uma geometria racional possui elementos imponderáveis, e não queríamos proceder como se estivéssemos diante de um objeto de estudo apenas científico. Isso não significa que o processo colaborativo abra mão alguns princípios norteadores, sem os quais os riscos do processo de criação cair num subjetivismo vazio são por demais evidentes. O que pretendemos com este artigo é balizar o caminho percorrido e abrir uma reflexão teórica sobre uma prática já consagrada como bastante eficiente em nosso trabalho.

Breve histórico

O processo colaborativo provém em linhagem direta da chamada criação coletiva, proposta de construção do espetáculo teatral que ganhou destaque na década de 70, do século 20, e que se caracterizava por uma participação ampla de todos os integrantes do grupo na criação do espetáculo. Todos traziam propostas cênicas, escreviam, improvisavam figurinos, discutiam idéias de luz e cenário, enfim, todos pensavam coletivamente a construção do espetáculo dentro de um regime de liberdade irrestrita e mútua interferência.

Era um processo de criação totalmente experimental, muitas vezes sem controle, cujos resultados, quando havia, iam do canhestro ao razoável, com algumas boas, vigorosas e estimulantes exceções de praxe. Esses bons resultados estimulavam a continuação da busca de um novo processo de trabalho criativo, principalmente porque resultados canhestros apareciam também no processo tradicional - o teatrão, como era chamado - e que se caracterizava por forte obediência ao texto teatral e por uma divisão de trabalho comandada pelo diretor.

A criação coletiva possuía, no entanto, alguns problemas de método. Um deles era a talvez excessiva informalidade do próprio processo. Não havia prazos, muitas vezes os objetivos eram nebulosos e se a experimentação criativa era vigorosa, não havia uma experiência acumulada que pudesse fixar a própria trajetória do processo. Era, ainda, uma abordagem da criação totalmente empírica que se resumia, muitas vezes, em experimentação sobre experimentação. Por outro lado, talvez a ausência de alguém que pudesse organizar idéias, ações e personagens, todo material proveniente das

improvisações num texto prévio - dramaturgos eram escassos na época - fez com que o diretor comumente concentrasse em suas mãos e em sua ótica, o resultado, a "amarração final", como se costumava dizer. Isso fazia com que o processo perdesse, em determinado momento, seu caráter coletivo, assumindo a visão, ou a proposta de seu diretor. Nesse caso, se anteriormente o grupo dependia totalmente de como o dramaturgo pré-organizava o espetáculo através do texto - o que acontecia no processo tradicional -, agora o coletivo também corria o risco de ter um outro criador que, isoladamente, cumpria essa função, o que fazia com que o ideal de um coletivo criador não se cumprisse integralmente.

Questão igualmente importante era que a criação coletiva, em sua proposta de dar voz e direitos a todos os criadores, muitas vezes conduzia o resultado artístico a uma somatória das criações dos indivíduos, muitas vezes sem síntese e clareza. A ferocidade da crítica da época convencionou comparar alguns desses espetáculos a festas escolares de final de ano.

Durante os anos 1980, a aventura de chegar a uma criação coletiva que se pudesse contrapor ao sistema funcionalista vigente pareceu esgotar-se dentro de suas próprias contradições. Por sua vez o diretor assumiu de vez o papel de condutor do processo da criação teatral, substituindo, muitas vezes, o dramaturgo como geômetra das ações e pensador do corpo de valores éticos e estéticos do espetáculo. Ao contrário do que possa parecer, este foi um momento bastante rico para a cena brasileira. O diretor não se resumia mais a simples montador de textos. Libertos da servidão à escrita do dramaturgo, os encenadores tornaram-se os verdadeiros criadores do espetáculo, fazendo avançar a pesquisa cênica a limites até então inexplorados. Quando não criavam os próprios textos onde se assentavam os espetáculos, apropriavam-se da dramaturgia de autores clássicos ou contemporâneos como suporte para sua criação, remodelando, cortando, fundindo cenas, muitas vezes dando outra configuração ao trabalho original do dramaturgo. Resultados belíssimos, originais e contundentes foram criados a partir da arquitetura cênica. No entanto, um processo coletivo de criação continuava solicitando reflexão e aprofundamento. Se o processo de criação convencional havia encontrado seu equilíbrio baseado na hierarquia representada pelo texto e na especialização das funções, a busca de um processo coletivo eficiente continuou seu percurso

a procura de respostas aos problemas que sua ausência de método apresentava.

O que chamamos hoje de processo colaborativo começou a se aprofundar no começo dos anos 1990 . O Teatro da Vertigem, de São Paulo, dirigido por Antonio Araújo, e a Escola Livre de Teatro de Santo André, são referências na busca da horizontalidade de relações artísticas entre seus integrantes. Experiências foram desenvolvidas, dentro do âmbito da Escola Livre, por criadores como Tiche Vianna, Cacá Carvalho, Antonio Araújo, Luis Fernando Ramos, Luís Alberto de Abreu, Francisco Medeiros e outros, na busca de refletir e desvendar alguns princípios que pudessem ordenar um trabalho de intensa criação e ao mesmo tempo sem hierarquias fixas e desnecessárias.

Um novo olhar

O processo da construção do espetáculo de forma partilhada por vários criadores levou, logo de início, à necessidade da revisão de uma série de conceitos relacionados à arte teatral. Percebeu-se, logo a princípio, que esse novo processo de criação não poderia conviver com o subjetivismo exacerbado que comumente acompanha o trabalho artístico. Num processo de criação partilhada não há muito espaço para "minha cena", "meu texto", "minha idéia".

Tudo é jogado numa arena comum e examinado, confrontado e debatido até o estabelecimento de um "acordo" entre os criadores. É claro que esse acordo não significa reduzir a criação ao senso comum, nem transformar o vigor da criação artística num acordo de cavalheiros. É um acordo tenso, precário, sujeito, muitas vezes, a constantes reavaliações durante o percurso. Confrontação (de idéias e material criativo) e acordo são pedras angulares no processo colaborativo.

O principal conceito a se fazer revisão diz respeito ao próprio entendimento do fenômeno teatral. O princípio norteador do processo colaborativo é o conceito de que teatro é uma arte efêmera que se estabelece na relação do espetáculo com o público. A concepção de que o fenômeno teatral só existe enquanto relação espetáculo/público foi o primeiro passo para conduzir uma série de conflitos subjetivos para um campo objetivo. Teorias,

visões estéticas, impressões, sentimentos, informações, todos esses elementos que são trazidas por atores, diretores, dramaturgos, cenógrafos, figurinistas e outros criadores, para a arena do processo de criação tinham agora referenciais concretos: o espetáculo e o público.

Aparentemente situar o fenômeno teatral na relação efêmera do espetáculo com o público é uma obviedade. No entanto, essa obviedade produz profundas mudanças. De um lado recoloca o público como elemento importante a ser levado em conta no processo de criação. De outro, afasta a ilusão narcisista de que toda complexidade do fenômeno teatral possa ser reduzida um único artista (seja ele dramaturgo, diretor, ator ou outro qualquer). Arte teatral, dentro desse conceito, não é apenas expressão do artista (qualquer que seja ela), mas uma complexa relação entre a expressão do artista e o público. A essa concepção parecem estranhas tanto as definições do teatro como a arte do ator quanto texto dramático ou geometria cênica. É claro que o eixo principal de um espetáculo pode ser o dramaturgo, o diretor, o ator, o cenógrafo ou outro criador, mas nenhum deles, isoladamente, define a totalidade do fenômeno teatral, que permanece por sua própria história e maneira de ser uma arte coletiva feita para ser partilhada por um outro coletivo, o público.

A re-introdução do público como valor a ser considerado num processo de criação artística é assunto complexo e que pede reflexão maior que não cabe no momento. Por ora, basta levantar que o público, em geral, não tem sido incluído como elemento fundamental nas discussões estéticas. É considerado, em geral, apenas, como destinatário passivo das formulações estéticas estabelecidas nas salas de ensaio, reduzido a mero observador da expressão do artista ou simples "pagante" de um entretenimento. No entanto, o público é o elemento que traz ao artista não só o pulso da contemporaneidade como é o fio que o conduz ao universo de sua própria cultura. A cultura, o tempo e o espaço histórico tornam-se lastro do fazer artístico, o que contribui para evitar o mero formalismo, comum em processos artísticos afastados do contexto cultural. Mas nosso objeto de reflexão é a gênese e os princípios norteadores do processo colaborativo. A ele voltamos.

O processo colaborativo se propõe basicamente a romper as fronteiras, quebrar os espaços privativos de criação na construção do espetáculo. Isso é proposto não por razões morais, por mera opção por um discurso igualitário, mas por razões práticas: o processo colaborativo tem-se mostrado eficiente como resultado artístico.

Situar o foco da criação na relação do espetáculo com o público pode ser uma decisão benéfica, mas por si só não garante o resultado pretendido. São necessários outros elementos norteadores para a condução do processo. Dado que o objetivo em vista é algo concreto - a construção do espetáculo - é óbvio que o primeiro elemento norteador deve ser também algo concreto: a cena.

Antes de se chegar à cena, porém, existe todo um trabalho de definição de tema, mote ou assunto do espetáculo, pesquisa teórica ou de campo e, mesmo, discussões das primeiras imagens, idéias, improvisações dos atores ou de textos da dramaturgia. Após esse período exploratório, onde todo material de pesquisa é tornado comum a todo o grupo, cabe à dramaturgia propor uma estruturação básica das ações de ações e personagens. Damos a essa estruturação o nome de **canovaccio**, termo que, na Commedia dell'Arte, indicava o roteiro de ações do espetáculo, além de indicações de entrada e saída de atores, jogos de cena, etc. Embora o canovaccio seja responsabilidade da dramaturgia ele não se constitui em mera "costura" das propostas do coletivo, nem uma visão particular do dramaturgo. É a resultante de todo o trabalho preparatório organizado em propostas de cenas. No canovaccio as improvisações, propostas de cena, imagens e conceitos do espetáculo, todo o trabalho anterior já aparece estruturado. O canovaccio contém, de forma embrionária, uma visão possível do espetáculo. E, como nada é permanente no processo colaborativo o canovaccio vai à discussão para aperfeiçoamento e possível reformulação.

A cena

A trajetória do processo colaborativo, como de resto em qualquer processo criativo, vai do abstrato ao concreto e do subjetivo ao objetivo, da intuição e do material informe presente no criador até o material objetivo e

comunicável. Isso significa que uma idéia clara tem um peso significativamente maior do que uma sensação difusa e que uma imagem nítida, perfeitamente comunicável, tem valor maior do que do que uma idéia ou uma sensação. É importante essa trajetória em busca do concreto e do objetivo para que o processo não se dilua no perigoso prazer da discussão intelectual ou na confrontação de impressões e sensações imprecisas. Todo material criativo (idéias, imagens, sensações, conceitos) devem ter expressão na cena. A cena, como unidade concreta do espetáculo, ganha importância fundamental no processo colaborativo. Ela é o fiel da balança e, como algo concreto e objetivo, é hierarquicamente superior à idéia, à imagem, ao projeto, às visões subjetivas.

Esse dado é importante para que um simples argumento bem conduzido ou uma idéia bem engendrada não possam destruir a organização de uma cena que, mesmo ruim, custou trabalho e esforço dos criadores. A idéia bem engendrada ou o argumento bem conduzido devem transformar-se em cena. **Só uma nova cena tem o poder de refutar a cena anterior.** Essa é uma regra geral no processo colaborativo: tudo deve ser testado em cena, sejam idéias, propostas ou simples sugestões.

É importante ressaltar que consideramos cena não a unidade acabada mas qualquer organização de ações proposta por atores, diretores ou dramaturgos (A cena escrita tem o mesmo valor da cena interpretada!) e qualquer uma delas deve ser testada no palco ou sala de ensaio antes de ser refutada ou modificada por acréscimos ou cortes.

Se idéias, propostas verbais e avaliações não têm o poder de inviabilizar uma cena construída no papel ou no palco, esta, ao contrário, tem o poder de modificar o canovaccio, aprofundar o tema ou até provocar uma revisão na abordagem do assunto escolhido. Canovaccio, embora seja um ganho importante no processo de organização do trabalho criativo, não é lei a ser cumprida à risca. É uma proposta que visa insuflar ainda mais a criação e só esta, expressa na cena, tem o poder de efetuar mudanças.

A crítica

O processo colaborativo é dialógico, por definição. Isso significa que a confrontação e o surgimento de novas idéias, sugestões e críticas não só fazem parte de seu *modus operandi* como são os motores de seu desenvolvimento. Isso faz do processo colaborativo uma relação criativa baseada em múltiplas interferências.

E aqui começamos a pisar em terreno minado porque esse processo de criação busca também preservar o terreno da criação individual. Como conciliar, então, o aparente paradoxo de fomentar o impulso criativo dos indivíduos dentro do grupo e ao mesmo tempo preservar a permeabilidade das idéias? Como promover o livre trânsito da criação entre os participantes sem eliminar a demarcação dos territórios de criação? Até que limite o ator pode interferir na dramaturgia, o dramaturgo pode interferir no conceito da encenação e assim por diante? Não é possível demarcar os limites dessa interferência. Mais: acreditamos que essas fronteiras não podem nem devem ser delimitadas. A maneira como essa interferência se dá vai depender do grau de amadurecimento do grupo e da confiança entre os envolvidos no processo.

Dentro do processo colaborativo a interferência na criação alheia é um momento extremamente delicado, pois se na fase de confrontação de idéias o trabalho corre normalmente o mesmo pode não acontecer quando existe interferência no material criativo do companheiro. Talvez este seja o principal foco de tensão no processo colaborativo, porém, sem a liberdade dessa interferência o processo colaborativo não se estabelece.

Para superar e transitar com mais desenvoltura nesse momento fundamental do processo é necessário que se preserve as funções de cada artista. De um lado existe total liberdade de criação e interferência, mas de outro é vedado a um criador assumir as funções do outro. Ou seja, um ator pode discutir, sugerir mudanças, propor diálogos ou até mesmo escrever uma cena, no entanto é o dramaturgo que deverá fazer a organização desse material. Da mesma forma é vedado ao dramaturgo assumir funções da direção ou da interpretação embora se preserve a liberdade de mútuas interferências. Nesse sentido, a responsabilidade de cada um alcança não só sua área específica de criação, mas também colabora na área do parceiro.

A interferência é algo bastante delicado e requer um certo método não só para não ferir suscetibilidades, mas, principalmente, para que essa interferência se torne ferramenta eficiente e construtora na criação. Dentro do processo colaborativo a interferência mais aguda e necessária é a crítica. E ela deve se dar de forma especial.

O desenvolvimento de um olhar crítico sobre o próprio trabalho e sobre o trabalho do companheiro é condição fundamental para o desenvolvimento do processo. No entanto, olhar crítico não significa, em absoluto, uma simples avaliação estética sobre o trabalho alheio. É muitíssimo mais que isso, é um olhar criativo sobre a criação alheia

Em primeiro lugar, o direito à crítica poderá ser exercido somente pelos criadores envolvidos. Os resultados têm sido desastrosos quando pessoas afastadas do processo de criação, por mais competentes que sejam, são chamadas para opinar. Afastadas do processo, desconhecendo os objetivos pretendidos ou o esforço empreendido pelos criadores, essas pessoas tendem, naturalmente, a analisar o que vêem como resultados e não como "algo em perspectiva", como imagens, formas e cenas em progresso, sujeitas, muitas vezes, a radicais transformações. O olhar de pessoas alheias ao processo é evidentemente útil e necessário quando o trabalho já se encontra em sua fase final, mais sólido, e os criadores menos inseguros,

Essa talvez seja a primeira característica necessária da crítica no processo colaborativo: ela tem de ser feita em "perspectiva", ou seja, conhecer e levar em consideração o objetivo que o criador procura alcançar, afastando-se da simples avaliação de resultados.

Outra característica da crítica é sua objetividade. Comentários vagos, impressões difusas ou subjetivas, enfim, todo um conjunto de expressões imprecisas ou metafóricas devem ser banidas por serem inúteis e não contribuírem em nada para a compreensão dos problemas existentes no material criado. A crítica, como o olhar racional sobre o material criado, deve ser ampla, completa, profunda e objetiva. Mas, dentro do processo, colaborativo isso ainda não é o bastante. Se não é fácil identificar de forma objetiva o problema existente na cena ou na improvisação e, após isso, discuti-lo e aprofunda-lo, ao cabo de tudo, é imprescindível que o crítico traga propostas para solucionar o problema. É somente neste momento que a crítica

transcende a mera avaliação e se insere no caudal criativo do grupo, tornando-se um dos fundamentos da criação. A crítica, nesse sentido, agrega ao seu conteúdo racional, um esforço de criação, um valor sensível e intuitivo. Isso faz com que o momento da crítica, no processo colaborativo, seja ansiosamente esperado, pois é o momento quando há todo um esforço coletivo de avaliar, discutir e oferecer soluções e caminhos.

Conclusão

O universo da criação é consideravelmente vasto e dentro dele cabem inúmeros processos que podem conduzir ao um número igual de resultados estéticos consistentes. O processo colaborativo não é mais do que um entre eles, nem pior nem melhor, nem ao menos é um processo exclusivo. Artistas há que transitam por vários processos de criação e grandes obras têm sido criadas de forma solitária por artistas, da mesma forma que resultados medíocres podem ser construídos de forma partilhada entre muitos participantes. Reiteramos que o processo colaborativo não é método de se criar um bom espetáculo. Para isso não existem fórmulas nem métodos e na criação só sabemos como entramos nela e não como dela vamos sair. O que não quer dizer, é evidente, que todos os processos são igualmente bons e igualmente válidos. Um processo está intimamente relacionado ao fim desejado. É o fim vislumbrado que nos leva a planejar os meios de alcançá-lo.

O processo colaborativo tem se revelado altamente eficiente na busca de um espetáculo que represente as vozes, idéias e desejos de todos que o constroem. Sem hierarquias desnecessárias, preservando a individualidade artística dos participantes, aprofundando a experiência de cada um, o processo colaborativo tem sido uma resposta consistente para as questões propostas pela criação coletiva dos anos 1970: uma obra que reflita o pensamento do coletivo criador.